

Protocolo nº 20.251.070-1

CONTRATO Nº 19/2023

Termo de Contrato nº 19/2023 que fazem entre si a Defensoria Pública do Estado do Paraná e Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais – AME.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPPR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.097.617-0, inscrito no CPF sob o nº 045.885.439-54 e **ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS – AME**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.917.818/0001-56, com sede à Rua Serra do Botucatu, nº 1197, Bairro Vila Gomes Cardim, São Paulo/SP, CEP 03.317-001, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. JOSÉ DE ARAÚJO NETO, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 039.413.718-35, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em virtude da Dispensa de Licitação nº 008/2023 (Protocolo nº 19.741.875-3), cuja ratificação foi realizada na data de 17/03/2023 e publicada no Diário Eletrônico da Defensoria Pública nº 286.2023, mediante as cláusulas e condições adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de serviços de intermediação, interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para português (e vice-versa) em plataforma digital e na modalidade presencial, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste termo e respectivos anexos, bem como na proposta vencedora, os quais integram e vinculam este instrumento, independentemente de transcrição.

EMPRESA:	ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS – AME
CNPJ:	64.917.818/0001-56
ENDEREÇO:	Rua Serra do Botucatu, nº 1197, Bairro Vila Gomes Cardim, São Paulo/SP, CEP 03.317-001
E-MAIL:	ame@ame-sp.org.br
TELEFONE:	(011)2360-8900
RESPONSÁVEL:	JOSÉ DE ARAÚJO NETO - CPF 039.413.718-35

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

2.1. Contratação de serviços de intermediação, interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para português (e vice-versa) em plataforma digital e na modalidade presencial.

DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL
Serviços de intermediação, interpretação e tradução da LIBRAS por meio de Plataforma digital	H	30	360	R\$ 285,00	R\$ 8.550,00	R\$ 102.600,00
SETUP	UN.	-	1	R\$ 12.000,00	-	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 12 (DOZE) MESES						R\$ 114.600,00

**O custo com setup, tem valor único, é voltado para a preparação do ambiente tecnológico e infraestrutura, como: servidores, banco de dados, monitoramento, links, backups, scripts personalizados, cadastro de usuários com permissões, adequações LGPD, configuração do painel de gestão, implementação dos serviços em diversos canais, treinamento e acompanhamento do "go live".*

2.2. A prestação dos serviços deve seguir as especificações técnicas e demais disposições constantes do procedimento de contratação referenciado em epígrafe, e seus anexos, em especial o Termo de Referência (Projeto Básico) e a proposta comercial, independentemente de transcrição neste Termo de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. O presente contrato é originário do procedimento de compra indicado em epígrafe, com fundamento no Art. 34, inc. XVII, da Lei Estadual PR nº 15.608/2007 e art.24, inc. XX, da Lei federal nº 8666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados do efetivo início da prestação do objeto, prorrogável na forma do artigo 103 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor máximo estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ 114.600,00 (cento e quatorze mil e seiscentos reais).

5.2. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, além de outros que estejam contidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe,



independentemente de transcrição, em especial com relação ao Termo de Referência, Projetos, demais anexos e à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, não cabendo à DPPR quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Observadas as etapas de execução, o quantitativo e o preço, bem como após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também do recebimento definitivo.

6.2 O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

6.3. Para a liberação do pagamento, o responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

6.4. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

6.5. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.5.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

6.7. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

6.7.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO REAJUSTE

7.1. O reajuste será realizado anualmente em relação aos custos sujeitos à variação de mercado, depois de decorridos 12 (doze) meses de cada aniversário da data da proposta (em 06/03/2023 conforme mov. 06 dos autos 20.251.070-1), devendo ser utilizado índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes, nos termos dos artigos 113 e 114 da Lei nº 15.608/2007.

7.2. Na ausência dos índices oficiais específicos ou setoriais, previstos no item anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, dentre os seguintes:

7.2.1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

7.2.2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC;

7.2.3. Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M; ou

7.2.4. Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – a IGP-DI.

7.3. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês;

7.4. Competirá à CONTRATADA, quando esta considerar que o índice aplicável é insuficiente ao reequilíbrio do contrato, justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, indicando claramente e justificando o índice adotado;

7.5. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

7.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608.2007.

7.7. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da proposta. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

7.8. As solicitações (reajuste ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

7.9. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

7.10. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados;

7.11. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses de cada aniversário da data proposta;

7.12. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

DA REVISÃO (Alterações Contratuais, Acréscimos e Supressões)

7.13. Este contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo em qualquer das hipóteses previstas no art. 112, da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

7.14. O contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

7.15. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual n.º 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

7.16. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Será designado representante pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, inciso II, da Lei Estadual n.º 15.608/07.

8.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e, se for o caso, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo limite estabelecido nas cláusulas seguintes, após a comunicação escrita da CONTRATADA, acompanhada do respectivo documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

9.1.1. O recebimento provisório será realizado em até 5(cinco) dias, nos termos do artigo 73 da Lei 8.666/1993 e artigo 123 da Lei Estadual 15.608/2007.

9.1.2. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos previstos taxativamente no artigo 74, incisos I, II e III da Lei 8.666/1993, sendo neste caso realizado mediante recibo, conforme parágrafo único do citado dispositivo.

9.2. O objeto será recebido definitivamente, somente mediante a presença do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente, bem como após a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação requeridos no procedimento de compra, inclusive mediante a apresentação das seguintes certidões negativas ou positivas com efeito de negativas:

9.2.1. Fiscais de Débitos das receitas nos âmbitos municipal, estadual e federal;

9.2.2. Certidão de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

9.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

9.2.4. Caso alguma das referidas certidões tenha seu prazo de validade expirado, poderá o órgão responsável pelo recebimento definitivo, a seu exclusivo critério, diligenciar para obtenção do documento atualizado ou solicitar que a CONTRATADA o apresente.

9.2.5. Na ocorrência da hipótese mencionada no item anterior, ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

9.3. O recebimento definitivo será realizado em até 15(quinze) dias, nos termos do artigo 73 da Lei 8.666/1993 e artigo 123 da Lei Estadual 15.608/2007, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao contratado, salvo quando houver previsão expressa e justificada.

9.4. No caso de recebimento definitivo de objeto contratual cujo valor supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser designada comissão

específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.

9.5. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere os itens anteriores não serem realizados, serão reconhecidos de forma tácita, mediante comunicação à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, nos termos do artigo 73, § 4º da Lei 8.666/1993.

9.6. Antes do encaminhamento ao Departamento Financeiro (DFI) e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para realizar o ateste do documento de cobrança, a contar do recebimento de todos os documentos elencados nos itens anteriores.

9.7. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.8. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto contratual que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.9. O recebimento definitivo do objeto contratual fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito no item 9.2, e demais documentos complementares.

9.10. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto contratual não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

9.11. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto contratual indicado na ordem de fornecimento/serviço, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

9.11.1. Caso a prestação do objeto contratual seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião da entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados. Detalhamento de Despesas: 3.3.90.39.79 - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DAS PARTES

11.1. O objeto contratual pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, quando houver modificação do projeto/especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração.

11.2. O objeto contratual pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto, até o limite máximo permitido na legislação.

11.2.1. Eventuais supressões que superem o limite acima referido poderão ser celebradas mediante acordo entre os CONTRATANTES.

11.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, no procedimento da contratação e seus anexos, apresentando o respectivo documento de cobrança, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990¹).

12.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, nos prazos fixados no procedimento de contratação e neste contrato, os serviços com inadequações ou defeitos.

12.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

12.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso

¹ O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos administrativos conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça no RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.730.



ou insalubre;

12.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas.

12.8. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e endereço eletrônico (e-mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração. Em caso de alteração desses dados, deverá a Contratada comunicar imediatamente a Contratante para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

12.9. Indicar, em ofício apartado, por ocasião da assinatura deste Termo de Contrato, preposto para representá-la, comunicando, ainda, pelo mesmo meio, qualquer alteração quanto ao responsável pela sua representação durante a execução contratual.

12.10. Apresentar, como condição de recebimento definitivo e de pagamento, quaisquer das certidões referenciadas na cláusula das condições de recebimento e/ou pagamento que tenham seu prazo de validade expirado durante a execução contratual.

12.11. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.12. As demais obrigações da CONTRATADA encontram-se dispostas no Termo de Referência do procedimento da contratação indicado em epígrafe, seus anexos e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, bem como dos serviços principais, ou seja, os considerados para efeito de ateste da capacidade técnico-operacional e técnico profissional como relevantes.

13.1.2. Caso haja a necessidade de subcontratação, pelas peculiaridades do objeto, está poderá ser parcial, desde que a sua necessidade seja justificada, e os serviços não sejam aqueles considerados principais para a execução do objeto.

13.1.3. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação.

13.2. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPE-PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da CONTRATADA.



13.2.1. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, que consta anexo ao Termo de Referência, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

13.2.1.1. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato.

13.2.1.2. A DPE-PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação (artigo 69 da Lei nº 8.666/1993).

13.4. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

13.5. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual, conforme artigo 78, III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Receber o objeto contratual no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Contrato, no procedimento de contratação e seus anexos, inclusive no Termo de Referência.

14.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do procedimento de contratação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam refeitos ou corrigidos.

14.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

14.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no Procedimento de contratação e seus anexos.

14.6. As demais obrigações da CONTRATANTE encontram-se dispostas no respectivo Termo de Referência (Projeto Básico) do procedimento de contratação indicado em epígrafe.

14.7. Executar plenamente as demais obrigações descritas no Termo de Referência (Projeto Básico), independentemente de transcrição neste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) e a Deliberação CSDP nº 021/2022 que disciplina a LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame e do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2 O CONTRATANTE na condição de CONTROLADOR, e o CONTRATADO, na condição de OPERADOR, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

15.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE/CONTROLADOR.

15.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO/OPERADOR realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.5. O CONTRATADO/OPERADOR deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

15.6. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.7. É dever do CONTRATADO/OPERADOR orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, dando conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE/CONTROLADOR, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

15.8. O eventual acesso pelo CONTRATADO/OPERADOR às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO/OPERADOR e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

15.9. O CONTRATADO/OPERADOR manterá contato formal com o CONTRATANTE/CONTROLADOR, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.10. O CONTRATANTE/CONTROLADOR deverá ser informado no prazo de 5

(cinco) dias úteis sobre todos os contratos de SUBCONTRATAÇÃO firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO/OPERADOR.

15.11. O CONTRATADO/OPERADOR deverá exigir de seus suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.12. Eventual compartilhamento de dados pessoais com a empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE/CONTROLADOR, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO/OPERADOR.

15.13. Cessada a finalidade do tratamento de dados, nos termos do art. 15 da LGPD, as informações sensíveis deverão ser excluídas, registrando -se a prática do ato, para eventual acompanhamento posterior, sendo dever do CONTRATADO/OPERADOR a exclusão.

15.14. O arquivamento dos registros que se refere a clausula 14.13, para acompanhamento posterior deverá ser fundamentada nas hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.15. O CONTRATADO/OPERADOR responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.16. Os representantes legais do CONTRATADO/OPERADOR, bem como os seus colaboradores que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do CONTRATANTE/CONTROLADOR para o cumprimento de suas tarefas ficam responsáveis pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

15.17. O CONTRATANTE/CONTROLADOR poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao CONTRATADO/OPERADOR, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

15.18 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONTRATADO/OPERADOR providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE/CONTROLADOR, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

15.19 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta ao CONTRATANTE/CONTROLADOR, nos termos da Deliberação CSDP nº 21/2022, especialmente seu artigo 11.

15.20. O CONTRATADO/OPERADOR deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE/CONTROLADOR, prorrogável justificadamente, quaisquer



informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.21. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais, auditorias, omissões, desvios e abusos.

15.22. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos e mantidos em formato interoperável e estruturado, de modo a permitir o seu uso compartilhado, a fim de garantir a reutilização desses dados pela CONTRATANTE/CONTROLADOR nas hipóteses previstas na LGPD, sempre vinculado à execução de atribuições legais (Artigo 19 da Deliberação CSDP nº 21/2022).

15.23. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015, quais sejam:

- I - Advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação;
- II - Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação, tais como a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente fora do prazo estabelecido, início e/ou conclusão do fornecimento fora do prazo previsto;
- III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
 - a) não manutenção da proposta;
 - b) apresentação de declaração falsa;
 - c) não apresentação de documento na fase de saneamento;
 - d) inexecução contratual;
 - e) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - f) abandono da execução contratual;
 - g) apresentação de documento falso;



- h) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
 - i) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - j) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
 - k) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - l) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
 - m) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a DPPR pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:
- a) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - b) não manutenção da proposta;
 - c) abandono da execução contratual;
 - d) inexecução contratual.
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada à licitante que:
- a) apresentação de declaração falsa na fase de habilitação;
 - b) apresentação de documento falso;
 - c) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
 - d) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - e) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
 - f) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - g) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
 - h) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

16.2. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

17.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 129 da Lei Estadual nº 15.608/07, com as consequências indicadas no artigo 131 do referido diploma legal, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

17.3. A rescisão do contrato poderá ser:

17.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

17.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou

17.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

17.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato.

17.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

17.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. Indenizações e multas.

17.7. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento junto ao destinatário, sem prejuízo da Cláusula Décima Segunda (Obrigações da Contratada), item 12.8. (validade da comunicação/ato direcionado à Contratada, caso não atualize seus dados informados quando da contratação).

18.2. As solicitações previstas neste instrumento deverão ser direcionadas da seguinte forma, salvo aqueles referentes à procedimento de infração administrativa que observará o rito previsto na Deliberação CSDP nº 11/2015 ou a que vier substituí-la:



a. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais:

contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Departamento de Contratos – DPC);

b. Quanto à execução contratual, pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais:

fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Departamento de Fiscalização de Contratos - DFC);

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral (PTG) mediante remessa pelo Correio para o endereço da CONTRATANTE descrito na primeira lauda deste instrumento, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazo, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. O extrato do presente instrumento deverá ser publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a divulgação no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade contratante, em até 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura; nos termos do artigo 8º da Resolução DPG nº 313/2022 e da Resolução DPG nº 265/2021, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) – e na Deliberação CSDP 21/202 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Estadual nº 15.608/2007 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 8.078/1990.

20.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura².

²A data do termo será a data da última assinatura das partes.



JOSE DE ARAUJO NETO:03941371835
Assinado de forma digital por JOSE DE ARAUJO NETO:03941371835
Dados: 2023.03.28 18:21:50 -03'00'

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ**
ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

**ASSOCIAÇÃO AMIGOS
METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS
AME**
JOSÉ DE ARAÚJO NETO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Documento: **Minuta_Contrato192023_A.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Bruno Campos Faria** em 29/03/2023 14:26, **Andre Ribeiro Giamberardino** em 29/03/2023 14:41.

Assinatura Avançada realizada por: **Seli Rodrigues (XXX.526.069-XX)** em 29/03/2023 14:15 Local: DPP/DPC.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Seli Rodrigues** em: 29/03/2023 14:14.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
dc9d284bbda06d1408e12039aea1a529.

NOTA DE EMPENHO

Identificação

N. Documento	23000379	Tipo de Documento	OU	Data de Emissão	22/03/23
Pedido de Origem	23000392	Tipo de Pedido de Origem	OR		
Unidade Contábil	00760	FUNDO DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA	FUNDEP		
Unidade	0760	FUNDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEP			
CNPJ Unidade	14.769.189/0001-96				
Proj/Atividade	6009	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FADEP			

Características

Recurso	Normal	Tipo Empenho	3	Global	
Adiantamento	NÃO	Diferido			
Obra	NÃO	Previsão Pagamento	22/03/23		
Utilização	4	Despesas que terão uso imediat	N. Licitação	008/2023	Mod. de Licitação 8 Processo Dispensa
Reserva Saldo			N. Contrato		Tp. Contrato .
Cond. Pagamento	AV		N. Convênio		Tp. Convênio
P.A.D.V.	00		N. SID		

Credor

Credor	1743034 - ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEP	CNPJ	64.917.818/0001-56
Endereço	R SERRA DE BOTUCATU, 1197 - - VILA GOMES CARDIM SÃO PAULO - SP BR		
CEP	03317001		
Banco/Agência	001/6998-1		
Conta	100746/7		

Demonstrativo de Saldo Orçamentário

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0760 6009 03 061 43 33903979 00 0000000250 1

Obs.: Valor estornado: R\$,00

R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais)

Histórico

Serviço de Interpretação/Tradução de LIBRAS Online e Presencial.- DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 008/2023

- P.: 19.741.875-3

Aprovador 1235211 OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA

Dt.Aprovação 22/03/23

AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL

R5843500A 22/03/23

15:17:08 Criador por VANANIAS

Página 1

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

**RESOLUÇÃO DPG Nº 091, DE 28 DE
MARÇO DE 2023**

Designa supervisor de serviço voluntário.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 18, XII, e art. 48, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 136/2011, **considerando** o Art. 8º, I, da Deliberação CSDP 18, de 20 de novembro de 2015, e **considerando o procedimento administrativo sob nº 20.243.414.2;**

RESOLVE

Art. 1º - Designar a defensora pública **AMANDA LOUISE RIBEIRO DA LUZ** para supervisionar o serviço voluntário do(a) prestador(a) **MARIA RITA DIAS PEREIRA**, conforme o termo de adesão nº008/2023, devendo acompanhar as atividades realizadas, efetuando o controle e avaliação do(a) prestador(a) de serviço.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ**

EXTRATO DO CONTRATO 19/2023-DPEPR

Protocolo: 20.251.070-1 Dispensa de
Licitação nº 08/2023

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná e
ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS
DOS EXCEPCIONAIS – AME.

Objeto: Prestação de serviços de intermediação,
interpretação e tradução da Língua Brasileira de
Sinais (LIBRAS) para português (e vice-versa)
em plataforma digital e na modalidade presencial.
Valor estimado do Contrato: 114.600,00 (cento e
quatorze mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95
/ 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de
Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte
de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados.
Detalhamento de Despesas: 3.3.90.39.79 -
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e
Operacional.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

**RESOLUÇÃO DPG Nº 092 DE 29 DE
MARÇO DE 2023**

*Especificação das designações dos/as
defensores/as públicos/as lotados/as nos
ofícios do Tribunal do Júri de Curitiba e da
Região Metropolitana nos casos de
assistência qualificada à mulher e
assistência à acusação*

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especificamente o art. 18, VII e XIV, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011;

CONSIDERANDO o contido no Protocolo nº 20.237.354-2;

CONSIDERANDO a Deliberação CSDP nº 001/2023 e as Resoluções DPG nº 062, 063 e 064/2023;

RESOLVE



DESPACHO n. 011/2023/APE/DPPR

Protocolo nº 19.001.003-1

Assunto: Contratação de empresa especializada e apta a prestar serviços de intermediação, interpretação e tradução de libras (língua brasileira de sinais) para português, e vice-versa, por meio de plataforma digital e presencial.

DESPACHO

1. Versa o presente sobre procedimento protocolado pela Assessoria de Projetos Especiais (APE) em decorrência do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 003/2022/APE/DPPR para contratação de empresa especializada e apta a prestar serviços de intermediação, interpretação e tradução de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para português, e vice-versa, por meio de plataforma digital e presencial.

2. O Departamento de Compras e Aquisições (DCA) encaminhou, por meio do Despacho datado de 06 de março de 2023, a esta Assessoria de Projetos Especiais (APE) a requisição de pesquisa de mercado do objeto a ser contratado.

3. Assim, foram localizados, em pesquisas da internet, 4 (quatro) preços públicos, as contratações foram realizadas pelas Prefeituras de Toledo-PR, São José dos Campos-SP e de São Paulo-SP e do Governo do Estado de Rondônia.

4. Outrossim, incluiu-se o preço da proposta comercial fornecida pela Associação dos Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME).

5. Desse modo, após a obtenção dos preços, faz-se constar abaixo os valores da pesquisa de mercado para a pretensa contratação:

SERVIÇO DE TRADUÇÃO, INTERMEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	PREÇO PÚBLICO PREFEITURA DE TOLEDO - PR	PREÇO PÚBLICO PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP	PREÇO PÚBLICO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	PREÇO PÚBLICO PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP	PROPOSTA COMERCIAL - AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS
1	TRADUÇÃO, INTERMEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	HORA	30	R\$ 375,00	R\$ 260,00	R\$ 328,00	R\$ 350,00	R\$ 285,00

6. Logo, após a análise dos preços acima descritos, verificou-se a manutenção de todos os preços, pois o coeficiente de variação apurado foi de 16,46% (dezesseis inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), conforme demonstrado a seguir:

ITEM	VALOR DE REFERÊNCIA (MÉDIA)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
1	R\$ 319,60	R\$ 46,93	14,68%

7. Portanto, em atendimento ao requisitado, encaminhamos a pesquisa de mercado consolidada, constando o valor unitário pela média e o valor total estimado mensal e anual da contratação:

SERVIÇO DE TRADUÇÃO, INTERMEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	TRADUÇÃO, INTERMEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	HORA	30	360	R\$ 319,60	R\$ 9.588,00	R\$ 115.056,00
VALOR TOTAL						R\$ 9.588,00	R\$ 115.056,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 12 (DOZE) MESES: R\$ 115.056,00 (cento e quinze mil e cinquenta e seis reais).

8. Isto posto, encaminha-se a presente pesquisa de mercado e documentos relacionados que embasam os valores atribuídos ao objeto.

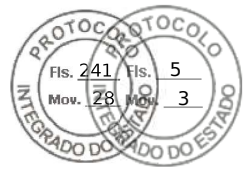
9. Nada mais a acrescentar, remetemos o presente ao Departamentos de Compras e Aquisições para verificação e validação dos valores obtidos, e demais providências necessárias.

Curitiba, 07 de março de 2023.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Defensor Público do Estado do Paraná.

Coordenador da Assessoria de Projetos Especiais da DPPR.



PROPOSTA COMERCIAL 2023-198

Serviço de Interpretação/Tradução
de LIBRAS Online e Presencial

Plataforma ICOM

São Paulo, 06 de março de 2022

(11) 2360 8900

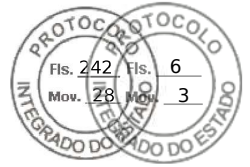
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



Sobre a AME

A **AME**, com sede no município de São Paulo - SP, na rua Serra de Botucatu, 1.197 – Tatuapé - CEP: 03317-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 64.917.818/0001-56 e no CCM, sob o n.º 2.100.708-0, é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que atua para favorecer a inclusão de pessoas que se deparam com barreiras e desvantagens na relação com a sociedade em função de condições cognitivas, sensoriais, físicas ou motoras. Acumula, ao longo de sua história, sólida experiência no desenvolvimento de projetos e ações em parceria com empresas e órgãos da administração pública para ampliar as oportunidades de acesso e participação das pessoas com deficiência em ambientes corporativos e sociais. Está comprometida com o bem-estar dessas pessoas e investe na criação e disponibilização de produtos e serviços que as permitam viver com independência e assegurem a autonomia.

Fundada em 1990, em uma época em que as pessoas com deficiência estavam segregadas da sociedade, em instituições especializadas. Viveu a transição para um novo modelo que valoriza e acolhe a diversidade. Ao longo dos anos acompanhou a mobilização das pessoas com deficiência pelo reconhecimento de direitos inerentes à cidadania e a equiparação de oportunidades de participação social. O propósito da AME é contribuir para a construção de ambientes sociais inclusivos. A expertise da AME esteve voltada ao apoio à sociedade no desenvolvimento de processos inclusivos especialmente nas áreas do trabalho, da comunicação, da clínica e da educação.

Hoje em dia investe no desenvolvimento de soluções inovadoras com base nos avanços da ciência, para contribuir para a remoção de barreiras que dificultam a plena participação social das pessoas com deficiência.

Em 2020 criou a **AME Lab**, que consiste em um Laboratório de Tecnologia Assistiva localizado no Inovabra, onde a inovação tornou-se um dos principais pilares na evolução da AME como empresa referência no provimento de soluções baseadas em tecnologia assistiva de ponta e que atendam as

(11) 2360 8900

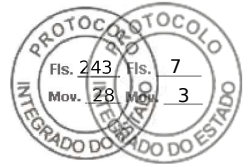
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



crescentes necessidades do mercado, conferindo às pessoas com deficiência maior inclusão, mais autonomia e independência no exercício de seus direitos como cidadãos.

Alguns dos Nossos Clientes



Provemos soluções inovadoras que conferem às empresas/órgãos públicos possibilidades de atender seus usuários/clientes/municípios - que tenham deficiência auditiva - com tecnologia de ponta e infraestrutura humana altamente qualificada e especializada.

Nosso Principais Diferenciais

- Trabalhamos com pactuação de SLAs de Atendimento (80% das nossas chamadas são atendidas em até 90 segundos);
- Aplicamos Inteligência Artificial no autoatendimento em LIBRAS;
- Internet patrocinada (voltado principalmente a órgãos públicos);
- Nossa disponibilidade é de 24h x 7d (vinte e quatro horas nos sete dias da semana);
- Nosso Centro de Atendimento conta com mais de 80 profissionais tradutores/intérpretes de LIBRAS-Português fluentes e com proficiência certificada por graduação e/ou pós-graduação em Letras LIBRAS-português, com comprovada experiência na interpretação e tradução de LIBRAS-português;
- Contamos com monitoria da qualidade em tempo integral com dois focos: processos operacionais e performance na tradução e interpretação;
- Nosso contrato permite o agendamento de eventos presenciais ou remotos.

(11) 2360 8900

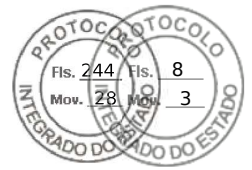
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



Permeados pela robustez de nossa experiência, vimos com grande satisfação apresentar à Defensoria Pública do Paraná nossa proposta para o fornecimento da Plataforma da Central de Intermediação de Libras – ICOM -, nos termos exigidos pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Escopo da Proposta

Essa proposta contempla a instalação, disponibilização e fornecimento dos serviços de tradução e interpretação de Libras.

O Serviço consiste na disponibilização de *software*, *hardware* e infraestrutura humana composta por profissionais tradutores/intérpretes, para atendimento aos usuários/clientes com deficiência auditiva da Defensoria Pública do Paraná.

O serviço é oferecido por meio da disponibilização de *hyperlink (embed code)*, customizado de acordo com a identidade visual e palheta de cores definida pela empresa contatante. A sua equipe de TI e *web design* deverá instalá-lo no *website* e/ou aplicativo, de modo que seus usuários/clientes com deficiência auditiva possam acessá-lo quando precisarem de intermediação para comunicar-se com a Defensoria Pública do Paraná.

A intermediação ocorre por meio de videochamada em LIBRAS ou por texto (*webchat*), composta pelo usuário/cliente com deficiência auditiva e o profissional tradutor/intérprete, e por áudio ou telefone entre o intérprete e o destino ouvinte, que pode estar ou não no mesmo local que o surdo/atendente.

As figuras abaixo ilustram os tipos de atendimento:

(11) 2360 8900

Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

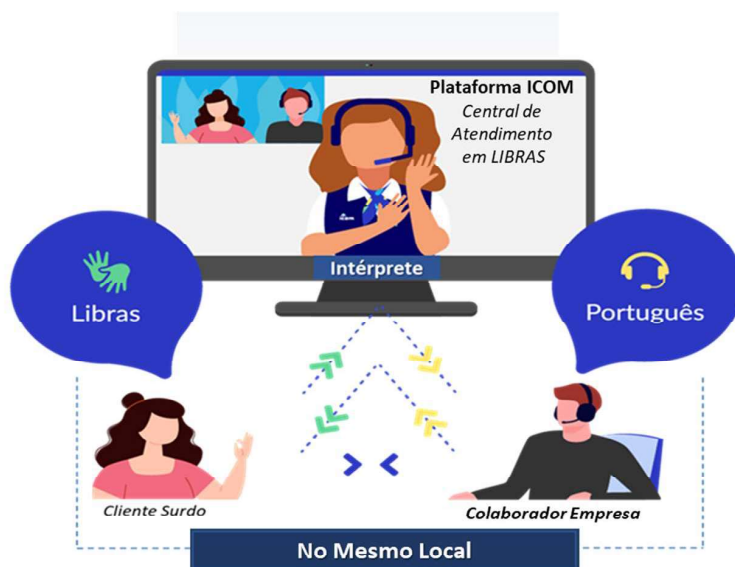
Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

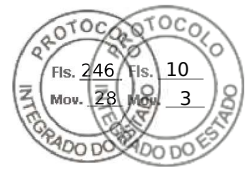
Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.

- a) Atendimento aos usuários/clientes que acessam o serviço via *website/QRCode/Aplicativo* e solicitam intermediação para comunicarem-se com um ouvinte por telefone. Por exemplo, quando o profissional tradutor/intérprete faz uma chamada telefônica ao destino solicitado pelo usuário/cliente.



- b) Atendimento aos usuários/clientes que procurem um atendimento presencial (quiosque/loja/agência/ambulatório médico) para serem atendidos presencialmente. Neste caso, o colaborador da loja/quiosque/ambulatório acessa a Plataforma ICOM através de um computador, *tablet* ou *smartphone* do seu local de trabalho, e solicita ao profissional tradutor/intérprete a intermediação da sua comunicação com a pessoa com deficiência auditiva que ali se encontra.





A Plataforma ICOM é provida pela AME e contempla também:

Painel de Gestão por meio do qual é disponibilizado um *dashboard* com informações gerenciais referentes à utilização da plataforma, mostrados através de indicadores como a Quantidade de Atendimentos, Tempo Médio de Espera, Tempo Médio de Atendimento, Quantidade de Intermediações realizadas, Ligações Externas, etc. Também é possível a extração e exportação de relatórios analíticos com todos os dados que compõem os indicadores detalhados;

- **Service Desk** visando assegurar a qualidade da gestão operacional. Possuímos um sistema de suporte baseado nas melhores práticas de mercado (Cobit, ITIL, KCS Practices, ISO/IEC 20000, EFQM *Committed to Excellence*);
- **Disponibilidade:** 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- **Segurança:** a plataforma CIC LIBRAS utiliza Criptografia 3DES, MD5 ou RSA, segue as recomendações do *Common Evaluation Criteria* (ISO 15408) para as aplicações, segue os controles de segurança classificados de acordo com domínios da (ISC)² CISP® CBK® (*International Information Systems Security Certification Consortium/Certified Information Systems Security Professional / Common Body of Knowledge*) e das Normas Brasileiras ABNT NBR ISO/IEC 27003:2011 “Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança – Diretrizes para implantação de um sistema de gestão da segurança da informação”. Possui Controle de acesso, segurança de rede e telecomunicações, gerenciamento de risco, segurança no desenvolvimento de sistemas, criptografia, design e arquitetura de segurança, segurança das operações, *disaster recovery*, Utiliza sistemas de prevenção de intrusão (IPS) em pontos críticos do ambiente no intuito de mitigar riscos de exploração de falhas, ataques de negação de serviço, violação da segurança perimetral, entre outros e somos 100% *compliant* com a LGPD;
- **Acesso à Plataforma embarcado em APP próprio** – disponibilização de *embed code* embarcável em qualquer aplicativo para unificação de acesso à Plataforma, conforme necessidade do Contratante.

O contrato a ser celebrado terá validade de 12 meses, contados da implantação do serviço, sendo renovado

(11) 2360 8900

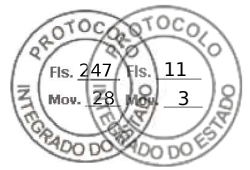
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



automaticamente por igual período salvo manifestação contrária de uma das Partes.

Do Investimento

A disponibilização da Plataforma envolve: licenças de *software* e alocação de servidores primário e secundário; canalização de *links* E1 dedicados (principal e redundante); customomização das telas de acesso e atendimento de acordo com a identidade visual definida pela Contratante; customização de script de atendimento; dimensionamento da equipe para cumprimento do SLA acordado; acesso à diversos canais, como Site, App, Intranet e QR Code em todos os canais acordados com o contratante, podendo o serviço ser disponibilizados a seus clientes finais e/ou a seus colaboradores; *Service Desk* 24hx7d e Painel de Gestão com Indicadores customizado.

O custo mensal pela disponibilização do serviço, com todos os impostos incluídos, é de:

Serviço	Valor Mensal
Plataforma ICOM	R\$ 8.550,00

O custo acima disposto, confere à Defensoria Pública do Paraná uma assinatura mensal não cumulativa, correspondente a 30 horas de atendimento por mês. Caso o sonsumo mensal ultrapasse a assinatura contratado será cobrado minuto adicional no valor de R\$ 4,75 .

O preço acima será reajustado no mês de março de cada ano, mediante a aplicação da variação do IPC/FIPE.

Serviço	Valor Único
Setup	R\$ 12.000,00

O custo com setup é voltado para a preparação do ambiente tecnológico e infraestrutura, como: servidores,

(11) 2360 8900

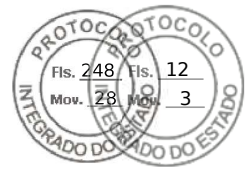
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



banco de dados, monitoramento, links, backups, scripts personalizados, cadastro de usuários com permissões, adequações LGPD, configuração do painel de gestão, implementação dos serviços em diversos canais, treinamento e acompanhamento do “go live”.

Das Regras de Utilização das Horas da Assinatura

A. Intermediação da Comunicação em LIBRAS por meio da Central do ICOM

Esse Serviço está disponível 24h x 7 dias e não é necessário agendamento para a sua utilização.

Para esse tipo de intermediação, o consumo das horas de assinatura dar-se-á por minuto.

B. Intermediação da Comunicação em LIBRAS em eventos agendados

Os colaboradores da Defensoria Pública do Paraná poderão utilizar as horas de assinatura em eventos previamente agendados, como reuniões, palestras, *workshops*, dentre outros, contando com a atuação de profissionais tradutores/intérpretes que farão a tradução LIBRAS/Português/LIBRAS em tempo real. Neste caso, o consumo das horas da assinatura dar-se-á conforme regras e condições abaixo descritas:

1. Os agendamentos deverão ser feitos com no mínimo 24 **horas úteis** de antecedência, através do Painel de Gestão da Plataforma ICOM Agenda, cujo link de acesso será encaminhado à Defensoria Pública do Paraná nos treinamentos iniciais;
2. Os agendamentos deverão ser realizados via plataforma;
3. Para eventos com participação *online*, o *link* para acesso ao evento deverá ser cadastrado no campo “ Descrição Evento”, contido na página de “Novo Evento” do Painel de Gestão do ICOM Agenda, para que o profissional intérprete selecionado possa acessá-lo;
4. Para eventos com participação presencial deverá ser cadastrado o endereço do local, referências para sua localização, nome e telefone do responsável por quem o intérprete deverá procurar;

(11) 2360 8900

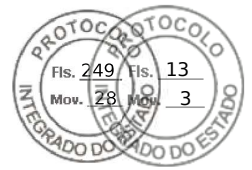
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



5. Para eventos *online* ou *presencial*, por via de regra o profissional intérprete selecionado entrará no link ou estará no local com 15 minutos de antecedência para eventuais testes e ajustes;
6. Eventos com duração acima de 60 minutos demandarão a alocação automática de **02 profissionais tradutores/intérpretes para revezamento**, conforme estabelecido em Nota Técnica nº 02/2017 – FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais);
7. Os **cancelamentos** realizados com **24 horas úteis** de antecedência não serão cobrados;
8. Os **cancelamentos** realizados com **menos de 24 horas úteis** em relação ao horário do evento agendado serão cobrados integralmente, salvo situações intempestivas;
9. Para eventos na modalidade virtual (*online*), os minutos excedentes ao período contratado serão faturados em múltiplos de 30 min do valor da hora;
10. Para eventos na modalidade presencial, os minutos excedentes ao período contratado (mínimo de 120 minutos) serão faturados como 01 (uma) hora integral.

Do Tratamento e Confidencialidade dos Dados

A prestação dos serviços objeto desta Proposta implica no tratamento de dados por parte da AME, na condição de Operadora. Neste contexto, a mesma obriga-se a atuar em conformidade com a Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados e com as determinações de órgãos reguladores sobre a matéria.

(11) 2360 8900

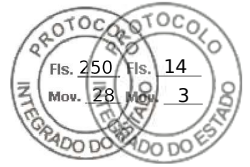
Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



Da Validade da Proposta

Essa proposta é válida por 90 dias contados da data de sua assinatura, e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas que tenham.



Cid Torquato

CEO

(11) 9 7112-3000

cid.torquato@ame-sp.org.br



Diego Carneiro

Especialista em Acessibilidade

(11) 9 7692-9705

diego.carneiro@ame-sp.org.br

(11) 2360 8900

Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé - 03317-001 - São Paulo/SP

ame@ame-sp.org.br

www.ame-sp.org.br

Assinatura Avançada realizada por: **Matheus Cavalcanti Munhoz (XXX.178.388-XX)** em 07/03/2023 10:04 Local: DPP/APE. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Priscila Caroline Viana Rosa** em: 07/03/2023 10:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32830ae4e1a7dfb45d38b02a4106579**.

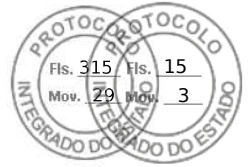
Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral de Administração – Departamento de Compras e Aquisições



Protocolo n.º 18.815.634-7

Para: CDP

Assunto: Dispensa. Pesquisa de Mercado - Contratação de serviços de intermediação, interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

DESPACHO

À Coordenadoria de Planejamento,

1. Trata-se de protocolo que visa a Contratação de serviços de intermediação, interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para português (e vice-versa) em plataforma digital e na modalidade presencial para uso durante as atividades promovidas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).
2. Assim, perpassada a apresentação das especificações técnicas para a contratação, estipulação das cláusulas contratuais, consolidação do Termo de Referência (TR), bem como a fase de pesquisa de mercado realizada pela APE.
3. O presente protocolado fora encaminhado a essa gestão para consolidação da Pesquisa de Mercado.
4. Conforme pesquisa encaminhada às fls. 133-134, foi utilizada 5 (cinco) preços públicos para elaboração da cotação e a proposta comercial do AME, quais sejam:
 - a. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1059/2022 -
 - b. PREÇOS Nº 017/2022 PROCESSO Nº 2022/10422 -
 - c. CONTRATO Nº 0740/SEAS/PGE/2022 –
 - d. Nº Pregão: 182022/UASG:927516 –
 - e. Proposta do Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME).
5. Assim, fora feita a análise estatística dos preços, utilizando-se a metodologia da média saneada, a fim de avaliar a sua homogeneidade conforme item 5 do Despacho de fls.133.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/PR. CEP 80.530-010. Telefone: (041) 3313-7313

Assinatura Qualificada realizada por: **Mithai Mali Triches Lourenco** em 07/03/2023 13:35. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Mithai Mali Triches Lourenco** em: 07/03/2023 13:35. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **a05ceedbaab4e0c7a622e923b9fc2a10**.

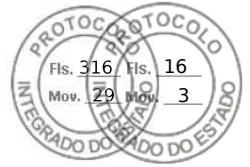
Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral de Administração – Departamento de Compras e Aquisições



6. Após, fora informado que o VALOR TOTAL MÉDIO DA CONTRATAÇÃO resultou no valor de **R\$ 115.056,00 (cento e quinze mil e cinquenta e seis reais) para doze meses.**
7. Diante do exposto, esta Gestão, não vê tratamento diferenciado nos valores praticados entre outros órgãos com relação a Defensoria Pública do Estado do Paraná. Na medida em que o preço praticado pela fornecedora AME (orçamento apresentado às fls. 241-250) qual seja: **R\$ 114.600,00** (cento e quatorze mil e seiscentos reais), está condizente com o preço de adquirido por outras instituições.
8. Dito isto, visando organização das informações, detalhamos os documentos anexados ao procedimento nesta oportunidade: (i) Quadro Consolidado de Cotações; (ii); Memória de Cálculo.
9. Por fim, cordialmente encaminhamos o presente à CDP, para prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Mithai Mali Triches Lourenço
Gestão de Contratações
Departamento de Compras e Aquisições

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/PR. CEP 80.530-010. Telefone: (041) 3313-7313

Assinatura Qualificada realizada por: **Mithai Mali Triches Lourenço** em 07/03/2023 13:35. Inserido ao protocolo **19.741.875-3** por: **Mithai Mali Triches Lourenço** em: 07/03/2023 13:35. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **a05ceedbaab4e0c7a622e923b9fc2a10**.

Inserido ao protocolo **20.251.070-1** por: **Bruno Campos Faria** em: 26/03/2023 17:22. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **72497815a30212bbf70fe0ea0f739d2b**.